



TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo nº 02140004/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência técnica na manutenção preventiva e corretiva dos ares-condicionados dos Municípios Consorciados no CONISA, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, nos termos da tabela abaixo.

LOTE 01 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA								
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT. MEN-SAL	QUANT. MESES	QUANT. TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	CONDICIONADOR DE AR SPLIT DE 9.000 BTUS	SERV.	288	12	3456	R\$ 368,67	R\$ 106.176,96	R\$ 1.274.123,52
2	CONDICIONADOR DE AR SPLIT DE 12.000 BTUS	SERV.	88		1056	R\$ 398,14	R\$ 35.036,32	R\$ 420.435,84
3	CONDICIONADOR DE AR SPLIT DE 18.000 BTUS	SERV.	216		2592	R\$ 408,33	R\$ 88.199,28	R\$ 1.058.391,36
4	CONDICIONADOR DE AR SPLIT DE 22.000 BTUS	SERV.	44		528	R\$ 465,83	R\$ 20.496,52	R\$ 245.958,24
5	CONDICIONADOR DE AR SPLIT DE 24.000 BTUS	SERV.	216		2592	R\$ 451,00	R\$ 97.416,00	R\$ 1.168.992,00
6	CONDICIONADOR DE AR SPLIT DE 30.000 BTUS	SERV.	144		1728	R\$ 605,17	R\$ 87.144,48	R\$ 1.045.733,76
7	CONDICIONADOR DE AR SPLIT DE 36.000 BTUS	SERV.	8		96	R\$ 661,17	R\$ 5.289,36	R\$ 63.472,32
8	CONDICIONADOR DE AR DE 48,000 BTUS	SERV.	12		144	R\$ 869,69	R\$ 10.436,28	R\$ 125.235,36
9	CONDICIONADOR DE AR DE 60,000 BTUS	SERV.	8		96	R\$ 1.074,57	R\$ 8.596,56	R\$ 103.158,72
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE				R\$ 5.505.501,12				

LOTE 02 - SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, COM ATÉ 5M (CINCO METRO), CONTENDO TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS- SERVIÇOS EVENTUAIS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR SPLIT 9.000	SERV.	288	R\$ 1.000,00	R\$ 288.000,00
11	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR SPLIT 12.000	SERV.	288	R\$ 1.067,33	R\$ 307.391,04
12	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR SPLIT 18.000	SERV.	288	R\$ 1.267,00	R\$ 364.896,00
13	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR SPLIT 24.000	SERV.	216	R\$ 1.533,33	R\$ 331.199,28
14	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR SPLIT 30.000	SERV.	36	R\$ 2.008,33	R\$ 72.299,88
15	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR SPLIT 48.000	SERV.	8	R\$ 2.409,17	R\$ 19.273,36
16	INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR SPLIT 60.000	SERV.	8	R\$ 2.559,54	R\$ 20.476,32
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE				R\$ 1.403.535,88	

LOTE 03 TABELA DE VALORES DOS SERVIÇOS DE DESINSTALAÇÃO - SERVIÇOS EVENTUAIS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
17	DESINSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR SPLIT (9.000 a 60.000 BTUS)	SERV.	432	R\$ 500,00	R\$ 216.000,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE				R\$ 216.000,00	



LOTE 04 – TABELA DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO

ITEM	CAPACITORES	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
18	CAPACITOR 25 UF	UND	88	R\$ 46,53	R\$ 4.094,64
19	CAPACITOR 25 + 5UF	UND	36	R\$ 49,12	R\$ 1.768,32
20	CAPACITOR 35UF	UND	52	R\$ 48,87	R\$ 2.541,24
21	CAPACITOR 35 + 3UF	UND	36	R\$ 51,56	R\$ 1.856,16
22	CAPACITOR 40UF	UND	44	R\$ 58,31	R\$ 2.565,64
23	CAPACITOR 40 + 5UF	UND	36	R\$ 64,51	R\$ 2.322,36
24	CAPACITOR 45 UF	UND	44	R\$ 72,30	R\$ 3.181,20
25	CAPACITOR 45 + 6UF	UND	30	R\$ 70,63	R\$ 2.118,90
26	CAPACITOR 60 UF	UND	44	R\$ 80,88	R\$ 3.558,72
27	CAPACITOR 60 + 6UF	UND	22	R\$ 88,67	R\$ 1.950,74
ITEM	CAPACITOR PARA MOTOR	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
28	CAPACITOR 1,5 UF	UND	66	R\$ 26,62	R\$ 1.756,92
29	CAPACITOR 2 UF	UND	36	R\$ 39,97	R\$ 1.438,92
30	CAPACITOR 3 UF	UND	66	R\$ 44,77	R\$ 2.954,82
31	CAPACITOR 4 UF	UND	22	R\$ 48,67	R\$ 1.070,74
32	CAPACITOR 4,5 UF	UND	22	R\$ 51,67	R\$ 1.136,74
ITEM	CHAVE CONTACTRA	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
33	CHAVE CONTACTORA 220V	UND	36	R\$ 425,30	R\$ 15.310,80
34	CHAVE CONTACTORA 380V	UND	8	R\$ 528,08	R\$ 4.224,64
ITEM	PLACA UNIVERSAL	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
35	PLACA UNIVERSAL DE 9.000BTU'S A 60.000BTU'S	UND	216	R\$ 409,72	R\$ 88.499,52
36	PLACA INVERTER DE 9.000BTUS A 60.000BTUS	UND	216	R\$ 1.324,72	R\$ 286.139,52
ITEM	COMPRESSOR	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
37	COMPRESSOR CONVENCIONAL 9.000 BRTUS R22	UND	44	R\$ 556,12	R\$ 24.469,28
38	COMPRESSOR CONVEN./INVERTER 9.000 BRTUS R410	UND	16	R\$ 688,48	R\$ 11.015,68
39	COMPRESSOR CONVENCIONAL 12.000 BTUS R22	UND	22	R\$ 766,98	R\$ 16.873,56
40	COMPRESSOR CONVEN./INVERTER 12.000 BTUS R410	UND	16	R\$ 766,87	R\$ 12.269,92
41	COMPRESSOR CONVENCIONAL 18.000 BTUS R22	UND	16	R\$ 1.079,39	R\$ 17.270,24
42	COMPRESSOR CONVEN./INVERTER 18.000 BTUS R410	UND	16	R\$ 1.190,30	R\$ 19.044,80
43	COMPRESSOR CONVENCIONAL 24.000 BTUS R22	UND	16	R\$ 1.534,67	R\$ 24.554,72
44	COMPRESSOR CONVEN./INVERTER 24.000 BTUS R410	UND	8	R\$ 1.203,00	R\$ 9.624,00
45	COMPRESSOR CONVENCIONAL 36.000 BTUS R22	UND	8	R\$ 2.576,67	R\$ 20.613,36
46	COMPRESSOR CONVEN./INVERTER 36.000 BTUS R410	UND	4	R\$ 3.174,27	R\$ 12.697,08
47	COMPRESSOR CONVENCIONAL 48.000 BTUS R22	UND	4	R\$ 3.200,00	R\$ 12.800,00
48	COMPRESSOR CONVEN./INVERTER 48.000 BTUS R410	UND	4	R\$ 3.347,63	R\$ 13.390,52
ITEM	MOTO DO VENTILADOR EVAPORA-DORA	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
49	MOTO DO VENTILADOR EVAPORA-DORA 9.000 BTUS	UND	44	R\$ 378,39	R\$ 16.649,16



50	MOTO DO VENTILADOR EVAPORADORA 12.000 BTUS	UND	36	R\$ 388,07	R\$ 13.970,52
51	MOTO DO VENTILADOR EVAPORADORA 18.000 BTUS	UND	18	R\$ 405,00	R\$ 7.290,00
52	MOTO DO VENTILADOR EVAPORADORA 24.000 BTUS	UND	18	R\$ 478,67	R\$ 8.616,06
53	MOTO DO VENTILADOR EVAPORADORA 36.000 BTUS	UND	8	R\$ 863,27	R\$ 6.906,16
54	MOTO DO VENTILADOR EVAPORADORA 48.000 BTUS	UND	4	R\$ 1.180,00	R\$ 4.720,00
55	MOTO DO VENTILADOR EVAPORADORA 60.000 BTUS	UND	2	R\$ 1.181,05	R\$ 2.362,10
ITEM	MOTO DO VENTILADOR PARA CONDESDADORA DE AR	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
56	MOTO DO VENTILADOR CONDENSADORA 9.000 BTUS	UND	44	R\$ 401,84	R\$ 17.680,96
57	MOTO DO VENTILADOR CONDENSADORA 12.000 BTUS	UND	44	R\$ 422,13	R\$ 18.573,72
58	MOTO DO VENTILADOR CONDENSADORA 18.000 BTUS	UND	22	R\$ 439,85	R\$ 9.676,70
59	MOTO DO VENTILADOR CONDENSADORA 24.000 BTUS	UND	22	R\$ 482,03	R\$ 10.604,66
60	MOTO DO VENTILADOR CONDENSADORA 36.000 BTUS	UND	4	R\$ 792,63	R\$ 3.170,52
61	MOTO DO VENTILADOR CONDENSADORA 48.000 BTUS	UND	4	R\$ 1.180,00	R\$ 4.720,00
62	MOTO DO VENTILADOR CONDENSADORA 60.000 BTUS	UND	2	R\$ 1.278,79	R\$ 2.557,58
ITEM	TURBINA PARA EVAPORADORA DE CONDICIONADOR DE AR	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
63	TURBINA PARA EVAPORADORA 9.000 BTUS	UND	18	R\$ 351,67	R\$ 6.330,06
64	TURBINA PARA EVAPORADORA 12.000 BTUS	UND	18	R\$ 382,20	R\$ 6.879,60
65	TURBINA PARA EVAPORADORA 18.000 BTUS	UND	12	R\$ 409,53	R\$ 4.914,36
66	TURBINA PARA EVAPORADORA 24.000 BTUS	UND	12	R\$ 426,63	R\$ 5.119,56
67	TURBINA PARA EVAPORADORA 36.000 BTUS	UND	4	R\$ 489,95	R\$ 1.959,80
68	TURBINA PARA EVAPORADORA 48.000 BTUS	UND	4	R\$ 626,28	R\$ 2.505,12
69	TURBINA PARA EVAPORADORA 60.000 BTUS	UND	2	R\$ 749,23	R\$ 1.498,46
ITEM	HELICE PARA CONDENSADORA DE CONDICIONADO DE AR	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
70	HELICE PARA CONDENSADORA 9.000 BTUS	UND	22	R\$ 383,81	R\$ 8.443,82
71	HELICE PARA CONDENSADORA 12.000 BTUS	UND	22	R\$ 383,81	R\$ 8.443,82
72	HELICE PARA CONDENSADORA 18.000 BTUS	UND	16	R\$ 411,83	R\$ 6.589,28
73	HELICE PARA CONDENSADORA 24.000 BTUS	UND	12	R\$ 434,75	R\$ 5.217,00
74	HELICE PARA CONDENSADORA 36.000 BTUS	UND	4	R\$ 518,98	R\$ 2.075,92
75	HELICE PARA CONDENSADORA 48.000 BTUS	UND	4	R\$ 682,63	R\$ 2.730,52
76	HELICE PARA CONDENSADORA 60.000 BTUS	UND	2	R\$ 728,80	R\$ 1.457,60
77	CARGA DE GÁS R22	KG	432	R\$ 208,33	R\$ 89.998,56
78	CARGA DE GÁS R410	KG	432	R\$ 209,43	R\$ 90.473,76
79	GÁS NITROGÊNIO	KG	432	R\$ 153,18	R\$ 66.173,76
80	GÁS 141B	KG	432	R\$ 160,00	R\$ 69.120,00



81	CONTROLE REMOTO UNIVERSAL	UND	22	R\$ 73,33	R\$ 1.613,26
82	PROTETOR TÉRMICO 7.000 A 24.000 BTU'S	UND	12	R\$ 73,26	R\$ 879,12
83	SENSOR DE TEMPERATURA 7.000 A 60.000 BTU'S	UND	16	R\$ 549,12	R\$ 8.785,92
84	VÁLVULA DE SERVIÇO DE 7.000 A 60.000 BTU'S	UND	22	R\$ 420,00	R\$ 9.240,00
85	FILTRO DE AR CONDICIONADO	UND	22	R\$ 100,00	R\$ 2.200,00
86	VALOR ADICIONAL POR METRO DE TUBULAÇÃO DE COBRE, ESPONJOSO, FITA PVC E CABO PP SE UTILIZADO ALEM DOS METROS CINCO METROS INDICADO PARA INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPINT DE 9.000BTUS.	M	288	R\$ 164,85	R\$ 47.476,80
87	VALOR ADICIONAL POR METRO DE TUBULAÇÃO DE COBRE, ESPONJOSO, FITA PVC E CABO PP SE UTILIZADO ALEM DOS METROS CINCO METROS INDICADO PARA INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPINT DE 12.000BTUS.	M	288	R\$ 230,00	R\$ 66.240,00
88	VALOR ADICIONAL POR METRO DE TUBULAÇÃO DE COBRE, ESPONJOSO, FITA PVC E CABO PP SE UTILIZADO ALEM DOS METROS CINCO METROS INDICADO PARA INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPINT DE 18.000BTUS.	M	288	R\$ 355,00	R\$ 102.240,00
89	VALOR ADICIONAL POR METRO DE TUBULAÇÃO DE COBRE, ESPONJOSO, FITA PVC E CABO PP SE UTILIZADO ALEM DOS METROS CINCO METROS INDICADO PARA INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPINT DE 24.000BTUS	M	288	R\$ 350,00	R\$ 100.800,00
90	VALOR ADICIONAL POR METRO DE TUBULAÇÃO DE COBRE, ESPONJOSO, FITA PVC E CABO PP SE UTILIZADO ALEM DOS METROS CINCO METROS INDICADO PARA INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPINT DE 30.000BTUS.	M	288	R\$ 350,00	R\$ 100.800,00
91	VALOR ADICIONAL POR METRO DE TUBULAÇÃO DE COBRE, ESPONJOSO, FITA PVC E CABO PP SE UTILIZADO ALEM DOS METROS CINCO METROS INDICADO PARA INSTALAÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR TIPO SPINT DE 48.000BTUS A 60.000BTUS.	M	288	R\$ 350,00	R\$ 100.800,00
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA O LOTE				R\$ 1.671.617,94	
VALOR TOTAL ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO				R\$ 8.796.654,94	

O descritivo dos itens são referenciais podendo esta administração aceitar material do tipo equivalente ou de melhor qualidade, observando que esta Administração exigirá que a empresa participante do certame demonstre desempenho, qualidade e produtividade compatíveis com o produto exigido (TCU, Acórdão 113/2016, Plenário).

1.1.1. O objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.



1.1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.1.2. As especificações detalhadas no material são apresentadas neste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.1.2. Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021):

4.1.3. Na presente contratação não será realizada a indicação de marcas.

4.1.4. Da exigência de amostra

4.1.5. Para a aferição da compatibilidade do objeto com as especificações do Termo de Referência, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, será exigido que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra dos itens, assim como, todas as certificações e laudos exigidos, sob pena de não aceitação da proposta, no endereço deste consórcio e dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro.

4.1.6. Por meio de mensagem no chat, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

4.1.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.1.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas no Termo de Referência, a proposta do licitante será recusada.

4.1.9. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

4.1.10. A Licitante vencedora deverá no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos após a declaração de vencedora, encaminhar 02 (duas) amostras completa do produto ora licitado. No caso de não haver entrega da amostra, sem justificativa aceita pela Administração, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste TR, a empresa será inabilitada.



4.1.11. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.1.12. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 05 (cinco) dias corridos, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.1.13. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

4.1.14. Subcontratação

4.1.15. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.1.16. Garantia da contratação

4.1.17. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1.1. PLANO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA

5.1.2. A manutenção preventiva nos aparelhos compreenderá a execução dos serviços especificados nos itens abaixo relacionados, mesmo aqueles que, embora não citados, sejam indispensáveis para se atingir o perfeito funcionamento:

5.1.3. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA EM APARELHOS CONDICIONADORES DE AR.

5.1.4. O serviços deverão ser realizados da seguinte forma: Limpeza dos painéis e filtros de ar e condicionador; Verificar e eliminar sujeira, danos e corrosão no gabinete, na moldura da serpentina e na bandeja; Verificar a operação de drenagem de água da bandeja; Verificar o estado de conservação do isolamento termoacústico (se está preservado e não contém bolor); Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete; Lavar a badeja e serpentina com remoção do biofilme (lodo), sem o uso de produtos desengraxantes e corrosivos; Limpar o gabinete do condicionador; Verificar e eliminar nas frestas dos filtros; Limpar o elemento filtrante; Verificação de danos a pintura, Limpeza dos ventiladores (axial e centrifuga); Verificação de ruídos e vibrações anormais corrigi-los se necessário; Verificação conexões de alimentação ; Medir amperagem, tensão e temperaturas; Verificar bornes e conexões; Remoção da frente plástica para limpeza; Limpeza com escova da parte frontal do evaporador Verificação do funcionamento da chave seletora ;Verificação do funcionamento do termostato ;Verificação do estado da frente plástica ; Verificação do rendimento do aparelho (medição de temperatura) ;Inspeção visual interna e externa. ; Carga de gás. ;Remover e desmontar aparelhos para lavar serpentinas com bomba de alta pressão; ;Verificação do fluxo de gás refrigerante; ;Limpeza do painel de comando, hélices e turbinas do motor do ventilador ; Limpeza e lubrificação das buchas do motor do ventilador; ; Verificação e ajuste dos componentes elétricos: chave rotativa, termostato, capacitores de fase e eletrolítico ; Verificação de fixação dos compressores; Verificação de terminais elétricos eliminando aquecimento dos cabos e chaves; Medição das amperagens dos compressores e ventiladores. ; Limpeza das serpentinas com produto químico (este fornecido pela contratada) ;Eliminar focos de ferrugem com tinta anticorrosiva ;Montagens e teste geral de funcionamento.



5.1.5. DO RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA: Ao final de cada mês, a empresa apresentará o Relatório de Manutenção Preventiva, incluindo descrição sumária dos serviços realizados em cada equipamento, com a indicação da marca, modelo, nº de série e nº de tombamento; patrimonial do equipamento reparado, a relação de aparelhos vistoriados, identificando os serviços realizados em cada aparelho. Podendo apresentar qualquer tipo de observação de rendimento do aparelho; Devem constar do Relatório de Manutenção Preventiva o nome completo, o cargo e matrícula do servidor, do Técnico e do Encarregado de Serviços Gerais e a assinatura do Representante da Unidade responsável pelo acompanhamento dos serviços realizados em cada um dos equipamentos vistoriados.

5.1.6. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E RELATÓRIO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

Manutenção Corretiva: A manutenção corretiva far-se-á sobre todo e qualquer defeito apresentado nos equipamentos a qualquer momento, e que inviabilizem o seu regular funcionamento;

A manutenção corretiva será solicitada por servidor indicado pela administração, após aprovação de orçamento prévio que serão utilizadas no conserto dos equipamentos deverão apresentar a garantia de 90 dias para defeitos de fabricação; Após o chamado da CONTRATANTE, ocasionado por irregularidades no funcionamento dos equipamentos ou ainda detectadas anomalias pelos técnicos da CONTRATADA, esta, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, deverá apresentar o relatório de vistoria dos equipamentos com a indicação do motivo que ocasionou o defeito, acompanhado da relação das peças e orçamento prévio das quais poderão a virem ser substituídas, para fins de aprovação pela CONTRATANTE; A Empresa CONTRATADA será responsável por disponibilizar equipamento similar quando houver necessidade de deslocamento para execução serviços de maior complexidade.

Relatório Corretiva: de Manutenção Sempre que realizar serviços de natureza corretiva, a empresa CONTRATADA deverá elaborar Relatório da Manutenção Corretiva, entregando cópia à CONTRATANTE, em que deverá constar: a) Descrição sumária dos serviços de consertos realizados em cada equipamento, com a relação das peças substituídas e orçamento prévio, com a indicação da marca, modelo, nº de série e nº de tombamento patrimonial do equipamento reparado; b) Data, hora de início e término dos serviços; c) Condições inadequadas encontradas ou eminência de ocorrências que possam prejudicar o perfeito funcionamento dos equipamentos consertados;

Prestação do serviço

5.1.7. A prestação do serviço é de 30 (trinta) dias, contados da assinatura da ordem de fornecimento, remessa única.

5.1.8. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 07 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.1.9. Os bens deverão ser entregues no endereço do município consorciado que solicitar a demanda.

5.1.10. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.1.11. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.1.12. Os equipamentos que tiverem cobertura de serviços garantidos por seguro, não fica obrigada a realizar os serviços junto à empresa contratada, podendo realizá-lo em local diverso, caso seja do seu interesse;



5.1.13. A garantia será prestada com vistas a manter os objetos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.1.14. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do material das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.1.15. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.1.16. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.1.17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.1.18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.1.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.1.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.6. Fiscalização

6.1.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).



6.1.8. Fiscalização Técnica

6.1.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.1.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.1.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.1.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.1.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V),

6.1.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.1.15. Fiscalização Administrativa

6.1.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022),

6.1.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.1.18. Gestor do Contrato

6.1.19. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);

6.1.20. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);

6.1.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);



- 6.1.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);
- 6.1.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);
- 6.1.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI),
- 6.1.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 7.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta;
- 7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado;
- 7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis;
- 7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais;
- 7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;
- 7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo,



7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.1.9. Liquidação

7.1.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

7.1.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.1.13. o prazo de validade;

7.1.14. a data da emissão;

7.1.15. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.1.16. o período respectivo de execução do contrato;

7.1.17. o valor a pagar; e

7.1.18. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.1.19. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.1.20. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.21. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018);

7.1.22. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.1.23. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.1.24. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa,



7.1.25. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.1.26. Prazo de pagamento

7.1.27. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022,

7.1.28. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária correspondente.

7.1.29. Forma de pagamento

7.1.30. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado;

7.1.31. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

7.1.32. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.1.33. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente,

7.1.34. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.1.35. Cessão de crédito

7.1.36. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico;

7.1.37. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante;

7.1.38. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo;

7.1.39. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020;

7.1.40. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva



comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos),

7.1.41. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.2. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.1.3. Forma de fornecimento

8.1.4. O fornecimento do objeto produto será entregue com 30 dias da assinatura do contrato.

8.1.5. No que diz respeito aos serviços, obedeceram ao planejamento constante no item 5.3.

8.1.6. Exigências de habilitação

8.1.7. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.1.8. Habilitação jurídica

8.1.9. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.10. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.1.11. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.12. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.1.13. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.14. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.1.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.16. Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.1.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

8.1.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à



Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.1.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.1.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.1.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.1.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.1.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.1.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.1.25. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 60 dias contados da data da sua apresentação- Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.1.26. A licitante deverá comprovar o capital social ou patrimônio líquido de no mínimo de 10% (dez por cento) do valor total lote estimado da contratação;

Qualificação Técnica

8.1.27. Registro ou inscrição da empresa licitante no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

8.1.28. Registro ou inscrição do Responsável Técnico no CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e/ou CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), dentro do prazo de validade, que comprove atividade relacionada com o objeto da presente contratação;

8.1.29. O(s) atestado(s) deverão referir-se a serviço(s) prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.1.30. Comprovação de possuir em seu quadro pelo menos 01 (um) profissional de nível superior, com formação em engenharia civil, detentor de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região competente, relativo(s) à execução de obras de engenharia para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, Federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, que não o próprio licitante (CNPJ diferente);

8.1.31. O(s) atestado(s) de responsabilidade técnica da empresa licitante deverá(ão) comprovar a execução, em resumo, que tenha como objeto serviços semelhantes ao objeto desta contratação. Os serviços mais relevantes deverão ser apresentados atestados técnico-



profissional e técnico operacional registrado no CREA com objeto serviços semelhantes ao objeto desta contratação, a pelo menos 50% das quantidades descritas no item referente as manutenções.

8.1.32. O(s) responsável(is) técnico(os) da empresa licitante deverá apresentar atestados de capacidade técnica – CAT similares aos serviços descritos neste termo de referência;

8.1.33. A comprovação de vínculo profissional far-se-á com a apresentação de cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a Licitante como CONTRATANTE, do Contrato Social da Licitante em que conste o profissional como sócio, do Contrato de Trabalho ou de Atestado Técnico da empresa, devidamente registrado no CREA da região competente, em que conste o profissional como Responsável Técnico, ou, ainda, declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada de Declaração de Anuência do profissional. A contratação do citado profissional será efetivada em data não posterior à da assinatura do contrato;

8.1.33.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.1.34. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante (não obrigatório registro em sua entidade de classe).

8.1.35. A comprovação do profissional de Nível Superior ser detentor de Atestado de Capacidade Técnica poderá ser feita pela apresentação da Certidão de Acervo Técnico – CAT; Emitida pelo CREA da região competente, podendo ser aceita Certidão de Acervo Técnico posta em Atestado de Capacidade Técnica, comprovando a efetiva realização das obras/serviços;

8.1.36. Comprovação de que a licitante dispõe de, no mínimo, 10 (dez) profissionais aptos à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado, devidamente habilitados e em efetivo exercício de suas atividades, admitida a comprovação por meio de vínculo empregatício, contrato de prestação de serviços, terceirização, ou outra forma de vínculo legalmente admitida.

8.1.37. Declaração que compromete-se a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e eventuais contratos decorrentes, a disponibilidade integral desses 10 (dez) ou mais funcionários ativos, alocando-os prioritariamente para a execução dos serviços nos municípios consorciados do CONISA, conforme demanda.

8.1.38. Caso seja declarada vencedora ou beneficiária da Ata de Registro de Preços, a empresa apresentará, quando solicitado pela Administração, os documentos comprobatórios do vínculo empregatício (extrato do e-Social, GFIP, RAIS, contratos de trabalho, CTPS digital, holerites, etc.) e manterá o quadro mínimo exigido, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no próprio edital.

8.1.39. Comprovação de que a licitante dispõe, por qualquer meio legalmente admitido, de no mínimo 02 (dois) veículos aptos à execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado, devidamente registrados, emplacados e em pleno funcionamento, admitida a comprovação por meio de propriedade, locação, cessão, contrato de prestação de serviços ou outra forma lícita de disponibilização, nos termos deste Termo de Referência e da jurisprudência do Tribunal de Contas da União.

8.1.40. Declaração que compromete-se a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e eventuais contratos decorrentes, a disponibilidade integral desses 02 (dois) ou mais veículos, em perfeitas condições de uso, com documentação regularizada (CRLV, IPVA, seguro



obrigatório e, se aplicável, seguro de carga), alocando-os prioritariamente para a execução dos serviços nos municípios consorciados do CONISA, conforme demanda.

8.1.41. Comprovação que dispõe de profissionais devidamente qualificados para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado, em conformidade com o exigido neste edital, principalmente no tocante ao 1) Curso Técnico em Refrigeração, Climatização e Aquecimento, 2) NR-13 + Curso de Manutenção de Sistemas de Ar Condicionado, 3) Curso de NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade, e 4) Curso Avançado de Manutenção Preventiva e Corretiva de Ar Condicionado Split e Central.

8.1.42. Declaração que compromete-se a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos decorrentes, a disponibilidade integral desses profissionais qualificados, alocando-os prioritariamente para a execução dos serviços nos municípios consorciados do CONISA, conforme demanda.

8.1.43. Caso seja declarada vencedora ou beneficiária da Ata de Registro de Preços, a empresa apresentará, quando solicitado pela Administração, os certificados originais ou cópias autenticadas dos cursos mencionados, bem como comprovantes de vínculo empregatício (eSocial, CTPS digital, contratos de trabalho, etc.), sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.

8.1.44. Os trabalhadores que comporão a equipe técnica responsável pela execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos de ar-condicionado observarão principalmente as seguintes normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego:

8.1.44.1. NR-10 – Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (Portaria MTE nº 3.214/1978 e alterações posteriores), incluindo treinamento específico para atividades com eletricidade em baixa tensão, procedimentos de bloqueio e etiquetagem (LOTO), uso de EPIs adequados e análise de risco elétrico.

8.1.44.2. NR-12 – Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos (Portaria MTE nº 3.214/1978 e alterações posteriores), abrangendo inspeção de máquinas e equipamentos, proteções fixas e móveis, dispositivos de parada de emergência, manuais de instruções e treinamento para operação segura.

8.1.45. A empresa licitante deverá garantir que todos os profissionais envolvidos nos serviços (técnicos em refrigeração, eletricitas, auxiliares de manutenção e demais) possuem ou possuirão treinamento específico nas NR-10 e NR-12, ministrado por instituição credenciada ou profissional habilitado, com carga horária mínima conforme exigido pelas normas (mínimo de 40 horas para NR-10 básico + reciclagem periódica; e treinamento adequado para NR-12), e que os certificados serão mantidos atualizados durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos decorrentes.

8.1.46. Declaração que compromete-se a manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos contratos decorrentes, a observância integral das NR-10 e NR-12 por todos os trabalhadores alocados nos serviços, fornecendo EPIs adequados, realizando inspeções periódicas e garantindo treinamentos de reciclagem conforme prazos legais.

8.1.47. Caso seja declarada vencedora ou beneficiária da Ata de Registro de Preços, a empresa apresentará, quando solicitado pela Administração, os certificados originais ou cópias autenticadas dos treinamentos NR-10 e NR-12 de todos os profissionais envolvidos, bem como comprovantes de vínculo empregatício e de fornecimento de EPIs, sob pena de aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no edital.



8.1.48. A empresa licitante assume integral responsabilidade pela veracidade das informações prestadas, ciente de que a apresentação de declaração falsa sujeita a empresa e seu representante legal às penalidades previstas em lei, inclusive inabilitação, rescisão contratual e responsabilização civil e penal.

8.1.49. Sempre que solicitado, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s) apresentado(s), inclusive, dentre outros documentos, cópia do contrato que dá suporte ao atestado, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.1.50. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.1.51. Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, a licitante será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após solicitação do Pregoeiro, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

8.1.52. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, sendo concedido o mesmo prazo para regularização.

8.1.53. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.1.54. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.1.55. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.1.56. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.1.57. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

8.1.58. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

8.1.59. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.1.60. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.1.61. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

8.1.62. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso.

8.1.63. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.



8.1.64. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto do Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.1.65. A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.1.66. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis no Comprasnet, após a homologação.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1.1. O custo estimado da contratação não possui caráter sigiloso.

9.1.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

9.1.3. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.1.4. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.1.5. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.1.6. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.1.7. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no CONISA.

Santana do Ipanema/AL, 22 de setembro de 2025

ANDRÉ BRANDÃO DE ALMEIDA
Diretor Administrativo do CONISA